

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

2023

FOLHA DE CONTROLE

Título	Política Anticorrupção
Política institucional	Política <i>Anticorrupção</i>
Área responsável	<i>Compliance</i> e Gestão de Riscos
Data de aprovação	30/06/2022
Data da última revisão e atualização	30/08/2023
Motivo da atualização	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização regulatória; • Revisão anual.
Abrangência	<p>AZ Quest Holdings SA (CNPJ: 41.667.352/0001-82)</p> <p>AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ: 04.506.394/0001-05)</p> <p>AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda (CNPJ/MF 21.676.427/0001-84)</p> <p>AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30)</p> <p>AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01)</p>
Procedimentos e documentos relacionados	<p>Lei nº 12.846/2013</p> <p>Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.</p> <p>Resolução CVM 21 de 25 de fevereiro de 2021</p>

Introdução

As regras descritas na integridade das normas internas e na legislação aplicável às empresas AZ QUEST¹ devem ser cumpridas por todos os acionistas, diretores, analistas, representantes, estagiários ou jovens aprendizes (definidos, resumidamente como “colaborador” ou “colaboradores”), de modo que todos devem ter ciência a respeito do conteúdo disposto.

A presente política Anticorrupção (“Política”) estabelece os preceitos necessários, de acordo às leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora administrativamente e civilmente pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e colaboradores que atuem em nome da sociedade.

Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pela área de *Compliance* não estarão subordinadas, em qualquer hipótese, à área de gestão de recursos ou área de distribuição, conforme disposto na Resolução CVM nº 21 de 2021, artigo 4º, parágrafo 3º incisos I e II.

Premissas

A AZ QUEST, está sujeita às leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora administrativamente e civilmente pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e colaboradores que atuem em nome da sociedade.

Entre as práticas abusivas, estão vedadas as atividades de:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- no tocante a licitações e contratos:
- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro

¹ O grupo AZ Quest é composto por: AZ Quest Holdings SA (CNPJ/ME nº 41.667.352/0001-82), AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ/ME nº 04.506.394/0001-05), AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda (CNPJ/ME nº 21.676.427/0001-84), AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30) e AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01).

- expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
 - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Condutas e proibições

Todos os Colaboradores e Parceiros estão proibidos de, no exercício de suas atividades e na defesa dos interesses:

- oferecer, prometer, fazer, autorizar ou proporcionar, diretamente ou através de intermediários, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com a intenção de influenciar ou retribuir qualquer ação oficial ou decisão do referido Agente, em favor do próprio Colaborador ou Parceiro e/ou;
- consentir com o recebimento de qualquer tipo de vantagem que possa ser interpretada como forma de pagamento decorrente de atos lesivos à administração pública, principalmente os relacionados à prática de corrupção.

Os Colaboradores devem se comprometer a seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

A área de *Compliance* da AZ QUEST tem o compromisso de seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

Em atendimento ao Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, a AZ QUEST conta com programa de *Compliance* para:

- comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa bem como pela destinação de recursos adequados;
- padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercida;
- padrões de conduta, ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- gestão adequada de riscos, incluindo sua análise e reavaliação periódica, para a realização de adaptações necessárias ao programa de integridade e a alocação eficiente de recursos;;
- registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;
- procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e mecanismos destinados ao tratamento das denúncias e à proteção de denunciantes de boa-fé;
- medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
- procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- diligências apropriadas, baseadas em risco, para: a) contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente, bem como de seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas de que participem; e c) realização e supervisão de patrocínios e doações;

- verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei no 12.846, de 2013.

Todos os colaboradores da AZ QUEST, através da assinatura do termo, dão ciência e cumprimento, conforme a legislação aplicável e às Normas Internas. É de responsabilidade individual a leitura e compreensão.

Atualização, Disseminação de cultura e Manutenção

A presente política foi aprovada internamente, e seu conteúdo é disceminado para todos os colaboradores da AZ Quest, tanto pelas vias de contato cotidianas, como no processo de treinamento imediatamente após o ingresso do colaborador, como no treinamento de atualização anual, conforme o inciso III do artigo 24 da Resolução CVM nº 21/2021.